

Homens Livres e Pobres e Trabalhos em Mato Grosso: Camaradas (Primeira Metade do Século XIX)

Divino Marcos de Sena¹

Resumo: A origem da presença de livres e pobres em Mato Grosso pode ser buscada nas expedições que partiam de São Paulo organizadas para prear índios, e também, posteriormente, no século XVIII, com a descoberta de ouro, nas monções organizadas para explorar os veios auríferos, e no comércio e transporte que ligava Ararituaba (Porto Feliz) a Cuiabá e vice-versa. Além desses, menciono as pessoas, com as mais diferentes ocupações, que sabendo das minas de ouro, se direcionaram para as mesmas em busca do metal precioso. Na primeira metade do oitocentos, os livres e pobres estavam presentes nos ambientes urbanos, rurais e militares de Mato Grosso. Dentre as diversas ocupações desenvolvidas por livres e pobres na sociedade escravista, a documentação nos revela a de camarada. Nesse sentido, a presente comunicação tem por objetivo principal discutir a presença e aspectos de trabalho de uma parcela da população livre, constituída pelos camaradas, em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, em especial aqueles estabelecidos em ambientes rurais. Os processos criminais e cíveis, relatos de viajantes, mapas de população, relatórios de presidentes de província, entre outras fontes, fizeram parte do material empírico para o presente estudo. As discussões propostas nesta comunicação fazem parte de uma pesquisa mais ampla que foi desenvolvida no Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados intitulada *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*, em que discuto a presença, participação e aspectos do cotidiano de parcela da sociedade mato-grossense no período indicado. Em meio à documentação consultada, mesmo que de forma indiciária, ficou visível que homens, muitas vezes discriminados pelas elites, contribuíram para a dinâmica interna da capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, bem como a participação na sociedade de então. Os camaradas trabalhavam na extração da ipecacuanha, na navegação fluvial, na condução de tropa, em propriedades com lavoura e criação de gado vacum e cavalos, nas entradas, bandeiras, fundação de lugares e abertura de estradas. Em atividades eventuais ou não, homens livres e pobres encontraram naquela ocupação, meios para garantir e/ou complementar a subsistência de si e de suas famílias numa sociedade escravista. Na realização das mais diferentes atividades, foi possível perceber aspectos de vida daqueles sujeitos, do cotidiano de trabalho, e entender que eles foram essenciais para a dinâmica da região. Assim, esta comunicação propõe discutir aspectos de uma parcela da população ainda pouco estudada pela historiografia referente ao período escravista em Mato Grosso.

Palavras-chave: Mato Grosso – século XIX; camaradas; trabalhos

Os territórios atualmente correspondentes aos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia compunham a capitania/província de Mato Grosso. Paulistas que circulavam a região desde o século XVII para prear mão de obra indígena para trabalhar como cativos nas lavouras de São Paulo, descobriram nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó, nas primeiras décadas do setecentos, o metal precioso tão almejado desde os primórdios do processo de colonização ibérica nas Américas. O ouro atraiu comerciantes, mineradores, trabalhadores de ofício e todo tipo de pessoas com as mais distintas ocupações para a região das minas. A Coroa Portuguesa procurava garantir a posse daquelas terras mineira e fronteiriça, bastante ameaçada pela presença de castelhanos e por grupos indígenas.

É nesse contexto que pode ser buscada a origem da presença de livres e pobres na citada região. Nas investidas empreendidas por paulistas para prear indígenas para trabalhar nas lavouras em São Paulo, ainda no século XVII, já era possível verificar a presença de livres e pobres (MONTEIRO, 2005). Presença esta que foi intensificada após as monções, que foram expedições fluviais organizadas para explorar os veios auríferos, bem como proporcionar o comércio e transporte de pessoas e produtos provenientes de Ararituaba (Porto Feliz-SP) a Cuiabá e vice-versa (HOLANDA, 1990; GODOY, 2002).

Trabalhadores de ofício, monçoeiros, militares, libertos, indígenas e todo tipo de pessoas que se direcionaram e se estabeleceram na região, inicialmente atraídas pelo ouro e depois empregadas em atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais que se formaram na capitania e depois província de Mato Grosso, são os personagens que deram início à formação de um grupo complexo de homens e mulheres que não eram abastados nem escravos, mas que estavam na condição de livres e pobres. Ao levar em consideração a temporalidade discutida neste texto, primeira metade do século XIX, quando me reportar ao período anterior a 1822 utilizarei o termo capitania, e para o subsequente o termo província, para me referir às unidades político-administrativas territorializadas.

Entre as ocupações desenvolvidas por livres e pobres, a documentação nos revela a de camarada. O estudo sobre camaradas foi possível, por meio de pistas, sinais, indícios encontrados na documentação. Abro um parêntese para mencionar que o estudo sobre pessoas pobres num tempo histórico distante deve ser realizado a partir de pequenas informações, pequenos indícios que foram deixados pelos produtores das fontes que, em sua maioria, eram indivíduos letrados e vinculados às elites políticas, econômicas e sociais. Como afirma Carlo Ginzburg, em estudo clássico sobre o paradigma indiciário, o ofício do historiador se assemelha com o do detetive, que a partir de pistas imperceptíveis num olhar corriqueiro e não especializado é possível entender a trama de uma situação vivenciada (GINZBURG, 2007). O estudo sobre livres e pobres, em especial os camaradas, se deu por meio de pequenos vestígios que revelaram a dinâmica vivida por pessoas de uma camada da sociedade oitocentista.

Camaradas

Porém, o que era ser camarada na capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX? Atualmente o termo camarada serve para se referir a outrem como colega, amigo, próximo, parceiro dentre outros sinônimos que expressam relações de amizade e coleguismo. No século XIX, a mesma palavra além de possuir esses significados era, também, utilizada para se referir a homens livres ou libertos pobres que viviam de acordos de trabalho para prestar serviços para uma pessoa que era chamada de patrão/patroa.

Os camaradas estavam presentes nos meios urbanos e rurais da capitania/província de Mato Grosso no desenvolver de todo tipo de atividade, eram encontrados também nas áreas de mineração, contratados por mineiros (as). Os camaradas nos ambientes urbanos poderiam ser

vistos morando nos arredores das cidades e vilas, ou na casa de seus patrões. Em Cuiabá eram contratados por famílias que possuíam ou não escravos, para desenvolver diversos tipos de atividades como transporte de todo tipo de carga, serviços de pedreiro, ferreiro, marceneiros etc. (VOLPATO, 1993). Enquanto que nos ambientes rurais eles estavam presentes em propriedades com lavoura, criação de gado vacum e cavalar, engenhos, em atividades de extração, nas explorações pelo território, nas vias terrestres e fluviais etc.

Trabalhar como camarada poderia ser um meio para conseguir elementos para garantir a subsistência de si como também, para aqueles que eram casados, de suas respectivas famílias. Nas fontes consultadas foi perceptível que trabalhar como camarada era uma ocupação de homens com diferente faixa etária. Poderia começar cedo, por exemplo, com a idade de 12 anos, situação em que se enquadrava Manoel Rodrigues em 1809, (Mapa de População do Distrito de Serra Acima, 1809) e outro Manoel em 1838 (Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838). Nos Processos Crimes e Cíveis (1822-1850) e nos citados Mapas de População existem menção a camaradas de diferentes faixas etárias, entre: 12 e 25 anos, 25 e 50 anos, 50 e 60 anos, e até mesmo 70 anos de idade.

Na população de Mato Grosso e entre os camaradas para o período estudado, era visível a presença indígena. Expulsos de suas terras, os indígenas das diferentes etnias que habitavam a região, foram dizimados, reduzidos em missões e explorados no decorrer de todo o processo de ocupação do território. Presentes na sociedade que se formou na região mais central da América do Sul, no convívio com o branco e o negro deram origem a mestiços. A participação indígena foi importante na configuração sócio-cultural do Brasil.

Era comum a presença de índios Guaná em Cuiabá desenvolvendo atividades em que recebiam em troca certa quantia em dinheiro (CASTELNAU, 2000: p. 355-356). Índios dos grupos Layana, Guaicuru e Guachim viviam, em 1847, como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas ao Presídio de Miranda (LOPES, 1844-1847: p. 172). Alguns Bororo trabalhavam nas fazendas de gado próximas aos rios Jaurú e São Lourenço. Índios Mundurucu, Apiacá ou pertencentes a outros grupos, trabalhavam na navegação fluvial entre Mato Grosso e Pará tanto no percurso pelo rio Arinos (CASTRO, 1812-1813: p. 137) como pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé (COUTINHO, 1865: p. 47).

Os indígenas poderiam ser contratados como camaradas para trabalhar nos afazeres de remeiros, vaqueiros, lavradores, na extração da poaia, nos serviços de condução, na abertura de estradas, explorações pelo interior do território etc.

Além de indígenas, foi perceptível que a mestiçagem estava presente entre homens que trabalhavam como camaradas. Em alguns dos processos crimes consultados foram informadas as características físicas dos depoentes (réus, testemunhas, vítimas), sendo alguns dos camaradas descritos como: crioulo ou pardo (PROCESSO 124, 1832; PROCESSO 135, 1836; PROCESSO 138, 1837). A presença de caborés, crioulos e brancos também foi verificada para indivíduos que trabalhavam naquela ocupação (Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, 1838).

Segundo o *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, crioulo era escravo nascido na casa do seu senhor, um descendente de negro africano nascido no Brasil (BLUTEAU, 1712-1728). No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, crioulo significa todo indivíduo negro; pode se referir tanto a um negro nascido na América, como aos nativos de determinada região, ou ao escravo nascido na casa de seu senhor (FERREIRA, 2004: p. 57). Porém, no caso do camarada identificado no processo crime o termo crioulo foi usado para se referir à ancestralidade e a cor da pele do indivíduo, sendo filho de negro africano e com a tez escura, ou seja, era um livre ou liberto. Já no caso do pardo conforme Bluteau é uma “cor entre branco e preto, própria do pardal, donde lhe veio o nome [...]” e no caso do homem pardo, pede para ver o verbete mulato, que se referia a “filha e filho de branco

e negra, ou de negro e de mulher branca. Este nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferentes espécies” (BLUTEAU, 1712-1728). Para a capitania de Mato Grosso, mulatos ou caborés eram designações sociais para se referirem aos cruzamentos de negros e índios (SILVA, 1995).

Numa sociedade em que a cor da pele, as características físicas, e o lugar de origem das pessoas poderiam ser referenciais de escravidão ou liberdade – ser branco era ser livre, enquanto que pretos e mestiços poderiam ser livres, libertos ou escravos. Além disso, serviam como referenciais de identificação, como uma extensão do nome, em alguns casos, mencionados como o sobrenome de uma pessoa, como era o caso dos camaradas Thomás Índio, 42 anos, homem casado; Joaquim Angola, homem solteiro de 70 anos de idade; Felipe Caboré, solteiro de 30 anos de idade; Mariano Castelhana, casado, 30 anos e Antonio Preto, solteiro, 55 anos (Mapa de População do Distrito de Serra Acima, 1809).

Região de fronteira e de mineração (JESUS, 2006), que num primeiro momento serviu como divisor das possessões das Coroas Portuguesa e Espanhola, e depois entre o Império do Brasil e as Repúblicas Boliviana e Paraguai, Mato Grosso era um espaço que mantinha contato com as possessões estrangeiras vizinhas. Não raro era o caso de imigrantes que procuraram a Capitania/Província para tentar sobreviver, como foi o caso de Mariano Castelhana que trabalhava, em 1809, como camarada no distrito de Serra Acima, atual região de Chapada dos Guimarães (MT).

Camaradas e trabalhos

Condutores de carga, vaqueiros, remadores, trabalhadores de lavoura e guias, eram ocupações presentes em ambientes rurais, e também desenvolvidas por camaradas. Estes homens firmavam acordos de trabalho temporários, o suficiente para percorrer os locais da capitania/província, ou poderia durar mais tempo, sendo que o serviço a ser realizado era que demandava o período do acordo de trabalho. Camaradas da navegação, por exemplo, contratados em Cuiabá para conduzir uma embarcação até São Paulo, tornavam-se camaradas de quem os contratasse durante o tempo da viagem, da mesma forma que um condutor de tropa por um período em que estivesse responsável por uma determinada carga. Além disso, o acordo poderia durar o tempo do cultivo de uma lavoura (preparação da terra, plantio, colheita e transporte) ou durar mais tempo, como por exemplo, camaradas que moravam por longos períodos na propriedade do patrão.

Numa sociedade em que nem todos eram alfabetizados, onde a educação formal estava restrita a uma minoria, os acordos se davam oralmente ou por escrito. A palavra servia como validade das responsabilidades a serem cumpridas entre as partes, e também como garantia de que o tempo de conclusão, a forma de pagamento e a realização das tarefas seriam cumpridas. Mas, os acordos orais não eram regras, existiam aqueles que eram fechados por meio de contrato por escrito.

O acordo escrito ou oral definia a(s) atividade(s), o período de sua realização e/ou a quantidade de serviços a serem prestados pelos camaradas, enquanto ao patrão ficava estipulado o valor a ser pago. A remuneração pelos serviços prestados era em dinheiro, e poderia ser complementado com fornecimento de alimentação, vestimenta e instrumentos de trabalho.

No período escravista, os trabalhos de parcela da população livre e pobre nem sempre eram estáveis. Os acordos poderiam ser temporários ou não e, quando surgidos, nem sempre estariam nos locais de origem dos indivíduos, o que obrigava o deslocamento para outras regiões do Brasil. Essa situação estava presente entre parcela dos camaradas, como homens livres seguiam para onde pudessem garantir meios para sobreviver.

Alguns camaradas viveram de forma que fugiam a normas de uma vida estável. Para parte deles, a estabilidade poderia deixá-los propensos ao recrutamento, a acordos de trabalho rígidos, a sistemas de endividamento etc. Já para outros camaradas, a estabilidade e os afazeres cotidianos possibilitavam, em alguns casos, que eles concilhassem o trabalho nas suas residências (lavoura etc.), com as tarefas a serem realizadas nas propriedades do patrão.

As relações trabalhistas estabelecidas entre patrões e empregados também eram diversas. Nos meus estudos verifiquei que os camaradas estavam inseridos numa infinidade de acordos de trabalho. Existiam trabalhadores que abandonavam serviços, que estavam envolvidos em ajustes temporários ou mais duradouros, que moravam ou não na propriedade do patrão etc. Alguns daqueles homens livres mantinham proximidade estreita com o contratante, já para outros, os conflitos tomavam conta das relações. Discórdias eram geradas por diferentes fatores como exploração por parte do patrão nos acordos de trabalho, e fuga de camarada que acabava não finalizando o serviço para o qual tinha sido contratado, por exemplo.

Essas situações são reveladoras da complexidade social de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, e das situações de trabalho em que camaradas poderiam estar envolvidos.

A presença de homens que eram identificados e que se auto-identificavam como camaradas foi significativa em diversas localidades de Mato Grosso. Como mencionado anteriormente, camaradas estavam presentes em vários tipos de atividades que eram desenvolvidas na citada região no período indicado. Por exemplo, em Serra Acima, distrito com considerável concentração de engenhos de aguardente, açúcar e lavouras de gêneros consumidos em Cuiabá, de um total de 476 indivíduos que declararam suas ocupações, em 1809, trabalhar como camarada era a segunda maior ocupação daquela localidade, correspondente a 16,85 % do total das ocupações elencadas, perdendo somente para pessoas que declararam viver de lavoura (lavradores/lavradoras). No distrito de Serra Acima eles trabalhavam tanto em propriedades agrícolas, como também eram contratados por patrões que tinham por ocupação a mineração e viver de agências (Mapa de População do Distrito de Serra Acima, 1809).

Em outras partes de Mato Grosso eram contratados para desenvolver atividades de condução de tropa, serviços de vaqueiros, remadores, guias etc. Nas expedições realizadas entre as capitânicas/províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará existiam camaradas que trabalhavam na navegação fluvial.

Eram aqueles trabalhadores que se adiantavam em relação às demais canoas para levar algum recado ou buscar víveres em propriedades próximas aos lugares por onde navegavam. Assim fizeram os dois camaradas despachados por Langsdorff² para requisitar transporte (cavalos) em Camapuã, para que pudesse fazer a variação das canoas e objetos que elas transportavam, e quando chegava o apoio, lá estavam novamente os camaradas ajudando na condução dos objetos e das embarcações (FLORENCE, 1948: 98). Quando retomavam as atividades na navegação, eram aqueles trabalhadores que recarregavam as embarcações e seguiam na jornada.

Dentro das canoas o trabalho dos camaradas era basicamente remar. Descendo o rio, navegavam a remos; águas acima se serviam de compridas e fortes varas que, por uma ponta, fincavam no leito do rio, no barranco ou nos ramos das árvores próximas, por outra ponta, ficava apoiada ao peito dos camaradas. O impulso fazia com que as embarcações se movessem, e, segundo os dizeres de Leverger³: “a brevidade da viagem depende principalmente do serviço das varas em cujo manejo, é muito destreza e acostuada a gente desta província, que se emprega na navegação” (LEVERGER, 1846: 248).

O cotidiano de trabalho dos camaradas da navegação era repleto de estreitos contatos com a natureza. Nas remadas e na realização de outras atividades, era possível ver todo tipo

de aves (mutuns, jacus, araras, tucanos, patos, tuiuiús, garças etc.), mamíferos (ariranha, anta, capivara, onça, jaguatirica, porco do mato etc.) e demais animais que naquele momento, e ainda hoje, no século XXI, fazem parte da fauna da região.

Na execução do trabalho, dentre outras atribuições de que os camaradas eram encarregados, estava o reconhecimento de rios e lugares e de policiamento da expedição (ELLIOTT, 1857: 135-136; Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina, 1847: 154). A defesa da tripulação e da carga conduzida também ficava a cargo dos camaradas. Ao navegarem por rios e circularem por terrenos que pudessem ser vítimas de animais, o uso de armas de fogo, facão, foice ou outros meios de defesa, poderiam se tornar mais uma ferramenta daqueles trabalhadores.

Os camaradas também desenvolviam outras modalidades de trabalho. Em Vila Maria (hoje cidade de Cáceres-MT), nas margens dos rios do Alto Paraguai, do Sepotuba, Vermelho e Cabaçal, trabalhavam na extração da ipecacuanha ou poaia, que era uma planta de grande aceitação no mercado da Corte. Usada com viés medicinal, suas raízes contém um poderoso estimulante vomitivo e tratamento de infecções intestinais e das vias respiratórias, e inclusive era um dos principais produtos exportáveis da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX (DISCURSO, 1836: p. 12; DISCURSO, 1846: p. 24).

O presidente José Antonio Pimenta Bueno em discurso recitado na Assembléia Legislativa Provincial, em 1837, mencionou que era grande “número de camaradas que concorrem á colheita da poaia” (DISCURSO, 1837: p. 17). Os camaradas empregados naquele serviço buscavam trabalho que lhes garantissem certa quantia em dinheiro e alimento diário. Na condição de livres e pobres foram empregados, no caso da extração da ipecacuanha, em atividades que evitavam o uso de escravos. A entrada nas matas poderia ser um atrativo para a fuga de cativos, enquanto que a utilização do trabalhador livre seria mais viável, já que no final de um dia de trabalho deveria apresentar certa quantia da planta extraída.

Camaradas nas propriedades de criação de gado trabalhavam nos afazeres de vaqueiro. O serviço correspondia à condução e trato do gado, era uma modalidade de trabalho desenvolvida, também, por livres pobres, mas, isso não isenta a presença de cativos naquelas atividades. As fazendas de gado já eram presentes em Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, e sua expansão se deu no decorrer da primeira metade do século XIX (FALLA, 1839: p. 75), com a gradativa criação de gado nas regiões de Vila Maria, Poconé, Presídio de Coimbra, Albuquerque, Miranda, no planalto sul de Mato Grosso e de fazendas de criação existentes em outras partes da capitania/província.

Nas propriedades com plantação de cana, feijão, mandioca, milho e demais gêneros alimentícios, era possível encontrar camaradas nos afazeres de lavoura, no trato de animais e no transporte dos gêneros produzidos e cultivados. Diferente do serviço vaqueiro, que na maioria das vezes estava empenhado somente no trato do gado, o camarada que trabalhava em fazendas com plantações era visto realizando diversas atividades que circunscrevia à propriedade, como o plantio, colheita e transporte, por exemplo. Eram contratados para trabalhar em propriedades que tinham escravos, como também naquelas que não os possuíam. Para o primeiro caso, a convivência entre livres e cativos fazia parte do cotidiano.

Além das atividades de extração da ipecacuanha e das propriedades de criação de gado e de lavoura, camaradas trabalhavam nas vias terrestre, na exploração pelo território, nas bandeiras para reprimir ataques indígenas, nas aberturas de estradas etc.

Desde as primeiras investidas no território mais central da América do Sul, existia a presença de livres pobres, dentre eles homens que trabalhavam como camaradas. A criação de povoados, arraiais e demais núcleos de povoação contaram com a participação daqueles homens livres. Essa participação pode ser observada ainda nas primeiras expedições, como

aquela noticiada por Joseph Barbosa de Sá, em que no ano 1722 Miguel de Sutil, natural de Sorocaba, foi fazer roçado que havia principiado nas margens do rio Cuiabá, e, chegando a este lugar, mandou dois índios carijó ir buscar mel, e estes lhes trouxeram ouro. “Naquela noite não dormiram o Sutil e um camarada europeu chamado João Francisco, por alcunha *o Barbado*, considerando-se mimosos da fortuna e livres das pensões da pobreza, passando a noite em conversas por ocupar os sentidos que o sono havia desamparado”. Logo foram para o arraial do Coxipó e divulgaram o novo descoberto, ao que depois se mudaram para aquele sítio, e o “chamaram Lavra do Sutil, onde foram formando arraial e desfrutando a lavra” (SÁ, 1904: 11).

A participação de camaradas na fundação de lugares também ocorreu na capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX.

Para reprimir ataques que indígenas empreendiam a destacamentos militares, fazendas, sítios e povoações, eram organizadas as bandeiras punitivas, e elas também poderiam contar com a participação de camaradas que eram contratados para tais investidas. Proprietários rurais também enviavam seus camaradas para reprimir aqueles ataques que inclusive poderiam ameaçar o viver na propriedade rural. Essa situação ocorria tanto nos núcleos próximos a Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Vila Maria, Poconé etc. como também naqueles situados no sul da capitania/província, como Albuquerque (Corumbá), Miranda, Coimbra, Camapuã, Santana do Paranaíba etc. Nessas localidades, durante a temporalidade que abarca este estudo, ocorreram ataques indígenas e a formação de bandeiras para sua repressão (DISCURSO, 1838: 11).

Considerações finais

Em diversas partes do território de Mato Grosso camaradas estiveram presentes na realização de atividades específicas e/ou diversas.

Como homens que viviam de acordos de trabalho, eles foram utilizados para diferentes tipos de serviços, como, por exemplo, no trato do gado; na condução de carga e/ou de pessoas; em atividades extrativas; nas explorações pelo interior da região; em atividades agrícolas; na navegação fluvial etc. Sujeitos que encontraram na prestação de serviços oportunidades para garantir alguns meios vitais para sobreviver numa sociedade escravista.

Pelo que foi apresentado, é possível afirmar que os camaradas estiveram inseridos no processo produtivo de Mato Grosso e davam suporte fundamental para a dinâmica do mercado interno. Nos diferentes serviços que realizavam, foi verificada a importância daqueles homens livres e pobres na sociedade mato-grossense da primeira metade do século XIX.

Fontes

CASTELNAU, Francis. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CASTRO, Miguel João de; FRANÇA, Antonio Thomé de. Abertura de comunicação comercial entre o Distrito de Cuyabá e a cidade do Pará, por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós, empreendida em setembro de 1812 e realizada em 1813 pelo regresso das pessoas que nessa diligência mandou o governador e capitão-general da capitania de Mato-Grosso. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXI. Parte Primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1868. p. 107-160.

COUTINHO, Francisco de Sousa. Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do Estado. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVIII. Parte Primeira. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-editor, 1865. p. 38- 69.

DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial em 10 de junho de 1846. Cuiabá: Typographia Provincial, 1846.

DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837. Cuiabá: Typographia Provincial, 1845.

DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembléia Provincial, em o dia 1º de março de 1838. Cuiabá: Typ. Provincial de Cuiabá, 1845.

DISCURSO recitado pelo presidente da província de Mato Grosso, José Antonio Pimenta Bueno na abertura da sessão extraordinária na Assembléia Legislativa Provincial, em 30 de novembro de 1836. Cuiabá: Tipografia Provincial, 1845.

ELLIOTT, João Henrique. Itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Iguatemi, Amambai, e parte do Ivinhema, com os terrenos adjacentes começado no dia 3 de agosto de 1857, por Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott. In: *As derrotas de Joaquim Francisco Lopes*. Séries Relatos Históricos, vol. II. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2007. p. 115-152.

FALA com que o Presidente da província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839. [Manuscrito].

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução de Visconde de Taunay. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1948.

Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. In: *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda série. Tomo terceiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1848. p. 153-177.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná (1846). In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil*. Vol. 25. Rio de Janeiro, 1862. p. 211- 284.

LOPES, Joaquim Francisco; ELLIOTT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o

porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. In: *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Segunda série. Tomo terceiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Lemmert, 1848. p. 153-177.

Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, 1838. Lata 1838. APMT.

Mapa de População do Distrito de Serra Acima, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

PROCESSO 124, caixa 05, 1832. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

PROCESSO 135, Caixa 05, 1836. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

PROCESSO 138, caixa 05, 1837. Fundo Tribunal da Relação. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT).

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 05-58.

Referências

BLUTEAU, Raphael de. *Vocabulário portuguez e latino – 1712-1728*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso: mar. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143-179.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1838)*. 2002. 235 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 439 f. Tese (Doutorado em História). ICHF/UFF, Niterói.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SENA, Divino Marcos de. *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)*. 201f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados, 2010.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores* : política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso-Século XVIII. Cuiabá: UFMT, 1995.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão*: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Cuiabá: Marco Zero, 1993.

¹ Mestre em História UFGD/Prof. UFMS – *Campus do Pantanal*

² Médico e explorador alemão, Langsdorff foi nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro por Alexandre I. Em 1825, chefiou a expedição científica a mando do Império Russo ao interior do Brasil, na qual Hercules Florence participou como segundo desenhista.

³ Augusto Leverger foi oficial da Marinha, Barão de Melgaço, Presidente e Vice-presidente da província de Mato Grosso. Esteve na administração da mesma nos seguintes anos: a) Nomeado como presidente de província – 11/02/1851 a 01/04/1857; b) Na qualidade de vice-presidente assumiu a administração da província entre: 12/05/1863 a 15/07/1863 e 09/08/1865 a 13/02/1866; c) Nomeado presidente de província – 13/02/1866 a 01/05/1866.